



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS/FUNÇÕES PÚBLICAS DO QUADRO
DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TRÊS MARIAS/MG – EDITAL Nº 01/2021**

RETIFICAÇÃO Nº 01

O Município de Três Marias e o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP RESOLVEM RETIFICAR os o Edital nº 01/2021, de 27/07/2021, e seus Anexos I, II, III e IV na forma abaixo especificada:

EDITAL Nº 01/2021

ONDE SE LÊ:

4.1.2.1 Dentre as condições estabelecidas, fica ciente o candidato que no ato voluntário de inscrição, concorda com a publicidade de dados como seu nome completo, data de nascimento, nº de inscrição, notas e resultados advindos do Concurso Público para o qual se inscreveu, em obediência ao preceito constitucional esculpido no caput do art. 37 da Constituição da República de 1988 que preconiza que a administração pública direta e indireta, fundacional e autárquica deve dar publicidade aos seus atos, assim como em obediência ao que determina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) no inciso III, do art. 2º e no inciso X, do § 3º do art. 7º, cominado com incisos II, III e IV do mesmo art. 7º da referida lei, que dispõe sobre a viabilidade do uso de dados pessoais nos casos em que a administração pública exerça sua função também através de contratos, convênios ou instrumentos congêneres, como é o caso.

LEIA-SE:

4.1.2.1 Dentre as condições estabelecidas, fica ciente o candidato que no ato voluntário de inscrição, concorda com a publicidade de dados como seu nome completo, data de nascimento, nº de inscrição, notas e resultados advindos do Concurso Público para o qual se inscreveu, em obediência ao preceito constitucional esculpido no caput do art. 37 da Constituição da República de 1988 que preconiza que a administração pública direta e indireta, fundacional e autárquica deve dar publicidade aos seus atos, assim como em obediência ao que determina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) no inciso III, do art. 2º e no inciso X, do § 3º do art. 7º, cominado com incisos II, III e IV do mesmo art. 7º da referida lei, que dispõe sobre a viabilidade do uso de dados pessoais nos casos em que a administração pública exerça sua função também através de contratos, convênios ou instrumentos congêneres, como é o caso.

4.1.2.1.1 No momento da inscrição o candidato deverá autorizar que seus dados sejam devidamente tratados e processados pela banca organizadora. Caso assim não proceda, ficará vedada a participação do mesmo no referido Concurso Público.

ONDE SE LÊ:

5.15.1 O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha realizado outra inscrição paga, terá a isenção cancelada, sem direito a restituição da inscrição paga.

LEIA-SE:

5.15.1 O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha realizado outra inscrição paga **para o mesmo cargo**, terá a isenção cancelada, sem direito a restituição da inscrição paga **para o referido cargo**.



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



ONDE SE LÊ:

10.1.4 A aplicação da Prova Objetiva ocorrerá nas datas prováveis de **12/12/2021 (domingo)**, em **dois turnos, 18/12/2021 (sábado)**, no **turno da tarde**, e **19/12/2021 (domingo)**, em **dois turnos**, divididos por cargo, conforme os quadros a seguir:

11 DATA DA PROVA	TURNO/HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
12/12/2021 (DOMINGO)	MANHÃ 09h00 as 11h00	101 - AUXILIAR DE SERVIÇOS	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
		102 - ELETRICISTA DE AUTOS	
		104 - MECÂNICO	
		105 - MOTORISTA	
		106/107 - OFICIAL DE OBRAS - BOMBEIRO HIDRÁULICO	
		108 - OFICIAL DE OBRAS - ELETRICISTA	
		109 - OFICIAL DE OBRAS - PEDREIRO	
		110 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	
		111 - PADEIRO	

DATA DA PROVA	TURNO/HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
12/12/2021 (DOMINGO)	TARDE 14h00 as 16h00	113 - SERVENTE - LIMPEZA DE PRÉDIO	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
		201 - ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	
	TARDE 14h00 as 16h30	303 - FISCAL MUNICIPAL - SANITÁRIO	
		305 - MONITOR	
		403 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA	
	TARDE 14h00 as 17h00	511 - PROFESSOR II - CIÊNCIAS	
		512 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA	
		513 - PROFESSOR II - ENSINO RELIGIOSO	
		514 - PROFESSOR II - GEOGRAFIA	
		515 - PROFESSOR II - HISTÓRIA	
		516 - PROFESSOR II - INGLÊS	
		517 - PROFESSOR II - MATEMÁTICA	
		518 - PROFESSOR II - PORTUGUÊS	
		519 - PSICÓLOGO	

DATA DA PROVA	TURNO/HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
18/12/2021 (SÁBADO)	TARDE 15h00 as 17h00	112 - SERVENTE - COLETA DE LIXO	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
		103 - GUARDA MUNICIPAL	
	TARDE 15h00 as 17h30	301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	

DATA DA PROVA	TURNO/HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
19/12/2021 (DOMINGO)	MANHÃ 09h00 as 11h00	114 - SERVENTE - LIMPEZA VIAS PÚBLICAS - CAPINA e VARRIÇÃO	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos
		302 - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	
		304 - FISCAL MUNICIPAL - TRIBUTÁRIO	



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



	MANHÃ 09h00 as 11h30	306 - PROFESSOR I 401 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM 402 - TÉCNICO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
--	----------------------------	---	---

DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
19/12/2021 (DOMINGO)	TARDE 14h00 as 16h00	115 - SERVENTE ESCOLAR	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
	TARDE 14h00 as 17h00	501 - ASSISTENTE SOCIAL	
		502 - CONTADOR	
		503 - ENFERMEIRO	
		504 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	
		505 - FISIOTERAPEUTA	
		506 - FONOAUDIÓLOGO	
		507 - MÉDICO VETERINÁRIO	
		508 - ODONTÓLOGO	
		509 - PEDAGOGO	
		510 - PROCURADOR MUNICIPAL	

LEIA-SE:

10.1.4 A aplicação da Prova Objetiva ocorrerá nas datas prováveis de **12/12/2021 (domingo)**, em **dois turnos**, **18/12/2021 (sábado)**, no **turno da tarde**, e **19/12/2021 (domingo)**, em **dois turnos**, divididos por cargo, conforme os quadros a seguir:

11 DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
12/12/2021 (DOMINGO)	MANHÃ 09h00 as 11h00	101 - AUXILIAR DE SERVIÇOS	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
		102 - ELETRICISTA DE AUTOS	
		104 - MECÂNICO	
		105 - MOTORISTA	
		106/107 - OFICIAL DE OBRAS - BOMBEIRO HIDRÁULICO	
		108 - OFICIAL DE OBRAS - ELETRICISTA	
		109 - OFICIAL DE OBRAS - PEDREIRO	
		110 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	
		111 - PADEIRO	

DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
12/12/2021 (DOMINGO)	TARDE 14h00 as 16h00	113 - SERVENTE - LIMPEZA DE PRÉDIO	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
		201 - ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	
	TARDE 14h00 as 16h30	303 - FISCAL MUNICIPAL - SANITÁRIO	
		305 - MONITOR	
		403 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA	
	TARDE 14h00 as 17h00	510 - PROFESSOR II - CIÊNCIAS	
		511 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA	
		512 - PROFESSOR II - ENSINO RELIGIOSO	
		513 - PROFESSOR II - GEOGRAFIA	
		514 - PROFESSOR II - HISTÓRIA	
		515 - PROFESSOR II - INGLÊS	
		516 - PROFESSOR II - MATEMÁTICA	
		517 - PROFESSOR II - PORTUGUÊS	
		518 - PSICÓLOGO	



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



DATA DA PROVA	TURNO/HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
18/12/2021 (SÁBADO)	TARDE 15h00 as 17h00	112 - SERVENTE - COLETA DE LIXO	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
		103 - GUARDA MUNICIPAL	
	TARDE 15h00 as 17h30	301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	

DATA DA PROVA	TURNO/HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
19/12/2021 (DOMINGO)	MANHÃ 09h00 as 11h00	114 - SERVENTE - LIMPEZA VIAS PÚBLICAS – CAPINA e VARRIÇÃO	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
	MANHÃ 09h00 as 11h30	302 - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	
		304 - FISCAL MUNICIPAL – TRIBUTÁRIO	
		306 - PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA/CRECHES	
		401 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	
		402 – TÉCNICO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	

DATA DA PROVA	TURNO/HORÁRIO	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
19/12/2021 (DOMINGO)	TARDE 14h00 as 16h00	115 - SERVENTE ESCOLAR	Abertura 01(uma) hora antes do início da prova e fechamento 15(quinze) minutos antes do horário de início da prova, a ser disponibilizado no CDI.
	TARDE 14h00 as 16h30	307 - PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL	
	TARDE 14h00 as 17h00	501 - ASSISTENTE SOCIAL	
		502 – CONTADOR	
		503 – ENFERMEIRO	
		504 – FISIOTERAPEUTA	
		505 – FONOAUDIÓLOGO	
		506 - MÉDICO VETERINÁRIO	
		507 – ODONTÓLOGO	
		508 – PEDAGOGO	
		509 - PROCURADOR MUNICIPAL	
		601 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



**ANEXO I – CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA, ESCOLARIDADE, REQUISITO PARA INGRESSO,
JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTO INICIAL E VAGAS (AMPLA CONCORRÊNCIA E
PcD)**

ONDE SE LÊ:

[...]

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
201 - ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	Ensino Fundamental Completo.	44 horas semanais	R\$ 1.161,50	02	00	02

ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Médio Completo.	44 horas semanais	R\$ 1.277,82	09	01	10
302 - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 1.341,64	27	01	28
303 - FISCAL MUNICIPAL – SANITÁRIO			R\$ 1.161,50	03	00	03
304 - FISCAL MUNICIPAL – TRIBUTÁRIO			R\$ 1.161,50	01	00	01
305 – MONITOR			R\$ 1.161,50	19	01	20
306 - PROFESSOR I	Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério)	27 horas semanais	R\$ 2.054,32	38	02	40

[...]

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
501 - ASSISTENTE SOCIAL	Ensino Superior Completo em Serviço Social e registro no CRESS.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
502 – CONTADOR	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis e registro no CRC.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
503 – ENFERMEIRO	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN.	44 horas semanais	R\$ 4.305,73	05	00	05
504 – FISIOTERAPEUTA	Ensino Superior Completo em Fisioterapia e registro no CREFFITO.	20 horas semanais	R\$ 3.215,25	02	00	02
505 – FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia e registro no CREFONO.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
506 - MÉDICO VETERINÁRIO	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária e registro no CRMV.	30 horas semanais	R\$ 4.305,73	02	00	02
507 – ODONTÓLOGO	Ensino Superior Completo em Odontologia e registro no CRO.	20 horas semanais	R\$ 4.305,73	02	00	02
508 – PEDAGOGO	Ensino Superior Completo em Pedagogia com Licenciatura Plena.	40 horas semanais	R\$ 3.215,25	05	00	05
509 - PROCURADOR MUNICIPAL	Ensino Superior Completo em Direito e registro na OAB.	30 horas semanais	R\$ 4.305,73	01	00	01
510 - PROFESSOR II – CIÊNCIAS	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena em Biologia ou Ciências Biológicas.	27 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
511 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA	Ensino Superior Completo em Educação Física - Licenciatura Plena.	27 horas semanais	R\$ 2.592,55	05	00	05
512 - PROFESSOR II - ENSINO RELIGIOSO	Ensino Superior Completo de Licenciatura Plena em Ensino Religioso, Ciências da Religião ou Educação Religiosa, expedido por instituição de ensino superior credenciada ou Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento acrescido de certificado de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Ensino Religioso ou Ciência da Religião, com carga horária mínima de 360 horas, expedidos por instituição de ensino superior credenciada ou acrescido de curso de capacitação para professor em Ensino Religioso de no mínimo 120 horas.	27 horas semanais	R\$ 2.592,55	01	00	01
513 - PROFESSOR II - GEOGRAFIA	Ensino Superior Completo em Geografia - Licenciatura Plena.	27 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
514 - PROFESSOR II - HISTÓRIA	Ensino Superior Completo em História - Licenciatura Plena.	27 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
515 - PROFESSOR II - INGLÊS	Ensino Superior Completo em Letras - Licenciatura Plena em Inglês.	27 horas semanais	R\$ 2.592,55	01	00	01

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
516 - PROFESSOR II - MATEMÁTICA	Ensino Superior Completo em Matemática - Licenciatura Plena em Matemática.	27 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
517 - PROFESSOR II - PORTUGUÊS	Ensino Superior Completo em Letras - Licenciatura Plena em Português.	27 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
518 - PSICÓLOGO	Ensino Superior Completo em Psicologia e registro no CRP.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01

ENSINO SUPERIOR COMPLETO + ESPECIALIZAÇÃO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
601 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	Ensino Superior Completo em Farmácia, com especialização profissional em Análises Clínicas e com registro profissional no respectivo órgão de classe.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	02	00	02

TOTAL DE VAGAS	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	TOTAL VAGAS
	260	14	274



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



LEIA-SE:

[...]

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
201 - ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	Ensino Fundamental Completo.	44 horas semanais	R\$ 1.161,50	02	00	02

ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Médio Completo.	44 horas semanais	R\$ 1.277,82	09	01	10
302 - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 1.341,64	27	01	28
303 - FISCAL MUNICIPAL – SANITÁRIO			R\$ 1.161,50	03	00	03
304 - FISCAL MUNICIPAL – TRIBUTÁRIO			R\$ 1.161,50	01	00	01
305 – MONITOR			R\$ 1.161,50	19	01	20
306 - PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA/CRÉCHES	Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério) e, em exercício na Pré-escola e/ou nas cinco séries iniciais do Ensino Fundamental.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.054,32	30	02	32
307 - PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL	Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério) e, em exercício na Pré-escola e/ou nas cinco séries iniciais do Ensino Fundamental.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.054,32	08	00	08

[...]

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
501 - ASSISTENTE SOCIAL	Ensino Superior Completo em Serviço Social e registro no CRESS.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
502 – CONTADOR	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis e registro no CRC.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
503 – ENFERMEIRO	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN.	44 horas semanais	R\$ 4.305,73	05	00	05
504 – FISIOTERAPEUTA	Ensino Superior Completo em Fisioterapia e registro no CREFITO.	20 horas semanais	R\$ 3.215,25	02	00	02
505 – FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia e registro no CREFONO.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01
506 – MÉDICO VETERINÁRIO	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária e registro no CRMV.	30 horas semanais	R\$ 4.305,73	02	00	02
507 – ODONTÓLOGO	Ensino Superior Completo em Odontologia e registro no CRO.	20 horas semanais	R\$ 4.305,73	02	00	02
508 – PEDAGOGO	Ensino Superior Completo em Pedagogia com Licenciatura Plena.	40 horas semanais	R\$ 3.215,25	05	00	05
509 - PROCURADOR MUNICIPAL	Ensino Superior Completo em Direito e registro na OAB.	30 horas semanais	R\$ 4.305,73	01	00	01
510 - PROFESSOR II – CIÊNCIAS	Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena em Biologia ou Ciências Biológicas.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
511 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA	Ensino Superior Completo em Educação Física - Licenciatura Plena.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	05	00	05
512 - PROFESSOR II - ENSINO RELIGIOSO	Ensino Superior Completo de Licenciatura Plena em Ensino Religioso, Ciências da Religião ou Educação Religiosa, expedido por instituição de ensino superior credenciada ou Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento acrescido de certificado de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Ensino Religioso ou Ciência da Religião, com carga horária mínima de 360 horas, expedidos por instituição de ensino superior credenciada ou acrescido de curso de capacitação para professor em Ensino Religioso de no mínimo 120 horas.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	01	00	01
513 - PROFESSOR II - GEOGRAFIA	Ensino Superior Completo em Geografia - Licenciatura Plena.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
514 - PROFESSOR II - HISTÓRIA	Ensino Superior Completo em História - Licenciatura Plena.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
515 - PROFESSOR II - INGLÊS	Ensino Superior Completo em Letras - Licenciatura Plena em Inglês.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	01	00	01

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
516 - PROFESSOR II - MATEMÁTICA	Ensino Superior Completo em Matemática - Licenciatura Plena em Matemática.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
517 - PROFESSOR II - PORTUGUÊS	Ensino Superior Completo em Letras - Licenciatura Plena em Português.	Até 40 horas semanais	R\$ 2.592,55	02	00	02
518 - PSICÓLOGO	Ensino Superior Completo em Psicologia e registro no CRP.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	01	00	01

ENSINO SUPERIOR COMPLETO + ESPECIALIZAÇÃO

CARGO	PRÉ-REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL	VAGAS		
				AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS
601 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	Ensino Superior Completo em Farmácia, com especialização profissional em Análises Clínicas e com registro profissional no respectivo órgão de classe.	30 horas semanais	R\$ 3.215,25	02	00	02

TOTAL DE VAGAS	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	TOTAL VAGAS
	260	14	274



ANEXO II – DESCRIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS/FUNÇÕES PÚBLICAS

ONDE SE LÊ:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 306 - PROFESSOR I (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.260/1994 - Lei nº 1.324/1995 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.633/2000 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.254/2011 - Lei nº 2.329/2012 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério).

CARGA HORÁRIA: 27 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

[...]

LEIA-SE:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 306 - PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA/CRECHES (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.260/1994 - Lei nº 1.324/1995 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.633/2000 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.254/2011 - Lei nº 2.329/2012 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério) e, em exercício na Pré-escola e/ou nas cinco séries iniciais do Ensino Fundamental.

CARGA HORÁRIA: Até 40 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 307 - PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.260/1994 - Lei nº 1.324/1995 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.633/2000 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.254/2011 - Lei nº 2.329/2012 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Médio Completo com habilitação em curso normal (Magistério) e, em exercício na Pré-escola e/ou nas cinco séries iniciais do Ensino Fundamental.

CARGA HORÁRIA: Até 40 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 510 - PROFESSOR II – CIÊNCIAS (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 – Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena em Biologia ou Ciências Biológicas.

CARGA HORÁRIA: 27 horas semanais



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 511 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 - Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em Educação Física com Licenciatura Plena.

CARGA HORÁRIA: 27 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 512 - PROFESSOR II - ENSINO RELIGIOSO (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/07 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/13 - Lei nº 2.760/2019 - Lei nº 2.843/2021 - Lei nº 2.856/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo de Licenciatura Plena em Ensino Religioso, Ciências da Religião ou Educação Religiosa, expedido por instituição de ensino superior credenciada ou Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento acrescido de certificado de pós-graduação *lato sensu* em Ensino Religioso ou Ciência da Religião, com carga horária mínima de 360 horas, expedidos por instituição de ensino superior credenciada ou acrescido de curso de capacitação para professor em Ensino Religioso de no mínimo 120 horas.

CARGA HORÁRIA: 27 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministra aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 513 - PROFESSOR II – GEOGRAFIA (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 - Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em Geografia com Licenciatura Plena.

CARGA HORÁRIA: 27 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 514 - PROFESSOR II – HISTÓRIA (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 - Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em História com Licenciatura Plena.

CARGA HORÁRIA: 27 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



CARGO/FUNÇÃO: 515 - PROFESSOR II – INGLÊS (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 – Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em Letras com Licenciatura Plena em Inglês.

CARGA HORÁRIA: 27 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 516 - PROFESSOR II – MATEMÁTICA (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 – Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em Matemática com Licenciatura Plena.

CARGA HORÁRIA: 27 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 517 - PROFESSOR II – PORTUGUÊS (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 – Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em Letras com Licenciatura Plena em Português.

CARGA HORÁRIA: 27 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

[...]

LEIA-SE:

[...]

CARGO/FUNÇÃO: 510 - PROFESSOR II – CIÊNCIAS (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 – Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo com Licenciatura Plena em Biologia ou Ciências Biológicas.

CARGA HORÁRIA: Até 40 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 511 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 – Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em Educação Física com Licenciatura Plena.



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



CARGA HORÁRIA: Até 40 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministrar aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 512 - PROFESSOR II - ENSINO RELIGIOSO (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/07 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/13 - Lei nº 2.760/2019 - Lei nº 2.843/2021 - Lei nº 2.856/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo de Licenciatura Plena em Ensino Religioso, Ciências da Religião ou Educação Religiosa, expedido por instituição de ensino superior credenciada ou Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento acrescido de certificado de pós-graduação *lato sensu* em Ensino Religioso ou Ciência da Religião, com carga horária mínima de 360 horas, expedidos por instituição de ensino superior credenciada ou acrescido de curso de capacitação para professor em Ensino Religioso de no mínimo 120 horas.

CARGA HORÁRIA: Até 40 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministra aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 513 - PROFESSOR II – GEOGRAFIA (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 - Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em Geografia com Licenciatura Plena.

CARGA HORÁRIA: Até 40 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministrar aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 514 - PROFESSOR II – HISTÓRIA (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 - Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em História com Licenciatura Plena.

CARGA HORÁRIA: Até 40 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministrar aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 515 - PROFESSOR II – INGLÊS (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 - Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em Letras com Licenciatura Plena em Inglês.

CARGA HORÁRIA: Até 40 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministrar aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



CARGO/FUNÇÃO: 516 - PROFESSOR II – MATEMÁTICA (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 – Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em Matemática com Licenciatura Plena.

CARGA HORÁRIA: Até 40 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

CARGO/FUNÇÃO: 517 - PROFESSOR II – PORTUGUÊS (Lei nº 1.089/1992 - Lei nº 1.537/1998 - Lei nº 1.998/2007 - Lei nº 2.110/2009 - Lei nº 2.113/2009 - Lei nº 2.405/2013 - Lei nº 2.760/2019 – Lei nº 2.843/2021)

PRÉ-REQUISITO: Ensino Superior Completo em Letras com Licenciatura Plena em Português.

CARGA HORÁRIA: Até 40 horas semanais

ATRIBUIÇÕES: Planejar atividades diárias. Ministras aulas. Participar de treinamento. Cumprir e fazer que se cumpram os programas e orientações dos órgãos de registros, supervisão de ensino e assistência ao aluno. Executar atividades afins.

[...]



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



ANEXO III – QUADRO DE PROVAS

ONDE SE LÊ:

[...]

ENSINO MÉDIO COMPLETO / TÉCNICO

CARGOS/FUNÇÕES	PROVA OBJETIVA (CONTEÚDOS, Nº DE QUESTÕES E PESOS)						TOTAL QUESTÕES	TOTAL PONTOS
	PORTUGUÊS (Peso 3)	RACIOCÍNIO LÓGICO (Peso 2)	CONHEC. GERAIS (Peso 2)	NOÇÕES INFORM. (Peso 2)	LEGISLAÇÃO (Peso 3)	CONHEC. ESPECÍF. (Peso 5)		
301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	10	05	05	05	05	05	35	100,0
302 - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO						05		
303 - FISCAL MUNICIPAL – SANITÁRIO						05		
304 - FISCAL MUNICIPAL – TRIBUTÁRIO						05		
305 – MONITOR						05		
306 - PROFESSOR I						05		
401 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM						05		
402 – TÉCNICO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE						05		
403 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA						05		

[...]

LEIA-SE:

[...]

ENSINO MÉDIO COMPLETO / TÉCNICO

CARGOS/FUNÇÕES	PROVA OBJETIVA (CONTEÚDOS, Nº DE QUESTÕES E PESOS)						TOTAL QUESTÕES	TOTAL PONTOS
	PORTUGUÊS (Peso 3)	RACIOCÍNIO LÓGICO (Peso 2)	CONHEC. GERAIS (Peso 2)	NOÇÕES INFORM. (Peso 2)	LEGISLAÇÃO (Peso 3)	CONHEC. ESPECÍF. (Peso 5)		
301 - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	10	05	05	05	05	05	35	100,0
302 - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO						05		
303 - FISCAL MUNICIPAL – SANITÁRIO						05		
304 - FISCAL MUNICIPAL – TRIBUTÁRIO						05		
305 – MONITOR						05		
306 - PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA/CRECHES						05		
307 - PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL						05		
401 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM						05		
402 – TÉCNICO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE						05		
403 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA						05		

[...]



ANEXO IV – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E REFERÊNCIAS

ONDE SE LÊ:

[...]

ENSINO MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO

[...]

LEGISLAÇÃO (EDUCAÇÃO)

305 - MONITOR / 306 - PROFESSOR I

Constituição Federal. Conhecimento da legislação federal, estadual e municipal de ensino, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e das Diretrizes Curriculares. Lei nº 9394/1996. Legislação de Inclusão de Pessoa com Deficiência. Base Nacional Comum. Plano Nacional de Educação. Planejamento de ensino: componentes básicos, importância, conteúdos: conceituais, procedimentais e atitudinais. Estatuto do Servidor do Magistério do Município. Lei nº 11.738/2008 - Piso Educacional. Lei Orgânica do Município. Legislações Municipais.

[...]

LEIA-SE:

[...]

ENSINO MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO

[...]

LEGISLAÇÃO (EDUCAÇÃO)

305 - MONITOR / 306 - PROFESSOR I - **EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA/CRECHES / 307 - PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL**

Constituição Federal. Conhecimento da legislação federal, estadual e municipal de ensino, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e das Diretrizes Curriculares. Lei nº 9394/1996. Legislação de Inclusão de Pessoa com Deficiência. Base Nacional Comum. Plano Nacional de Educação. Planejamento de ensino: componentes básicos, importância, conteúdos: conceituais, procedimentais e atitudinais. Estatuto do Servidor do Magistério do Município. Lei nº 11.738/2008 - Piso Educacional. Lei Orgânica do Município. Legislações Municipais.

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 306 - PROFESSOR I

Construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Dimensão técnica-política da prática docente. Educação e suas relações com os campos socioeconômicos-políticos e culturais. História institucional da escola pública e seu compromisso social. Interdisciplinaridade no processo de ensinar e de aprender. Multidimensionalidade do processo ensino aprendizagem. Organização da escola e as instâncias de decisão colegiada. Pedagogia de projetos. Prática da avaliação no cotidiano escolar. Aspectos históricos e políticos da formação do pedagogo no Brasil e de sua prática escolar. Concepções de Educação e Escola. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos. Currículo integrado: concepção, planejamento, organização dos conteúdos, avaliação e a integração curricular. Didática. Educação inclusiva. Elementos da prática pedagógica. Ética no trabalho docente. Função social da escola e compromisso social do educador. Fundamentos da Educação: teorias e concepções pedagógicas. História da Educação. O projeto político pedagógico da Escola: concepção, princípios e eixos norteadores. O trabalho pedagógico em equipes multidisciplinares. Os elementos da cultura escolar: saberes escolares, método didático, avaliação escolar e fundamentos sobre relações coletivas para o trabalho docente; Pedagogia da presença, do vínculo e do oprimido. Pedagogia voltada à autonomia. Projeto político pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino aprendizagem. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. Tendências pedagógicas, concepções filosóficas políticas e a prática pedagógica nas séries



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



iniciais. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Base Nacional Comum e Plano Nacional de Educação. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

[...]

LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 306 - PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA/CRECHES / 307 - PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL

Construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Dimensão técnica-política da prática docente. Educação e suas relações com os campos socioeconômicos-políticos e culturais. História institucional da escola pública e seu compromisso social. Interdisciplinaridade no processo de ensinar e de aprender. Multidimensionalidade do processo ensino aprendizagem. Organização da escola e as instâncias de decisão colegiada. Pedagogia de projetos. Prática da avaliação no cotidiano escolar. Aspectos históricos e políticos da formação do pedagogo no Brasil e de sua prática escolar. Concepções de Educação e Escola. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos. Currículo integrado: concepção, planejamento, organização dos conteúdos, avaliação e a integração curricular. Didática. Educação inclusiva. Elementos da prática pedagógica. Ética no trabalho docente. Função social da escola e compromisso social do educador. Fundamentos da Educação: teorias e concepções pedagógicas. História da Educação. O projeto político pedagógico da Escola: concepção, princípios e eixos norteadores. O trabalho pedagógico em equipes multidisciplinares. Os elementos da cultura escolar: saberes escolares, método didático, avaliação escolar e fundamentos sobre relações coletivas para o trabalho docente; Pedagogia da presença, do vínculo e do oprimido. Pedagogia voltada à autonomia. Projeto político pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino aprendizagem. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. Tendências pedagógicas, concepções filosóficas políticas e a prática pedagógica nas séries iniciais. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Base Nacional Comum e Plano Nacional de Educação. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 401 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes. Política Nacional de Humanização. Lei nº 8.080/1990. Lei nº 8.142/1990. Política Nacional da Atenção Básica, Segurança do Paciente. Cuidados básicos de enfermagem: Técnicas básicas de enfermagem, Central de Material. Princípios e Métodos de assepsia, antisepsia, desinfecção e esterilização. Preparo, administração e cálculos de medicamentos. Programa Nacional de Imunização, Cuidados com feridas. Teorias de Enfermagem. Legislação e Normas de enfermagem: Lei do Exercício Profissional, Código de Ética Profissional, Registro de Enfermagem. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1. p. 18055. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez.



1990. p. 25694. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria- Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizausus_2004.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada. RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 jul. 2013. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2871504/RDC_36_2013_COMP.pdf/36d809a4-e5ed-4835-a375-3b3e93d74d5e> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.616, de 12 de maio de 1998. Regulamenta as ações de controle de infecção no Brasil. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BORGES, E. L. *et al.* Feridas –Como Tratar. Coopmed Editora Médica, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Processamento de artigos e superfícies em estabelecimento de saúde. 2ª ed. Brasília: MS, 1994. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/servicos/saude/controle/processamento_artigos.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 jun 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D94406.htm> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução COFEN nº 0564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/resolucao->



cofen-no-5642017_59145.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Guia de Recomendações para o Registro de Enfermagem no prontuário do paciente ou em outros documentos. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Guia-de-Recomenda%C3%A7%C3%B5es-CTLN-Vers%C3%A3o-Web.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

GEORGE, J. B. Teorias de Enfermagem: os fundamentos à prática profissional. Artmed. 4ª ed. 2000. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/nayarakalline1/teorias-de-enfermagem-os-fundamentos-prtica-profissional-julia-b-george>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

SOUZA, E. N. Manual de procedimentos básicos de Enfermagem [recurso eletrônico]. Adriana Aparecida Paz ... [et al.]; organizado por Emiliane Nogueira de Souza. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2016. [...]

LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 401 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Legislação profissional: Código de Ética dos profissionais da enfermagem. Lei do exercício profissional. Sistema Único de Saúde: Leis Orgânicas da Saúde (Lei Federal nº 8.080/1990 e Lei Federal nº 8.142/1990). Princípios e diretrizes do SUS. Pacto pela Saúde. Programa Nacional de Humanização. Redes de Atenção, Política Nacional de Atenção Básica, Atenção domiciliar, Política Nacional de Promoção da Saúde, Programa Nacional de Imunização, Política Nacional de Vigilância em Saúde, Programa Previnir Brasil. **Cuidados de Enfermagem:** Sinais vitais. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. Preparo, administração e cálculos de medicamentos. Cuidados com feridas, primeiros socorros, Biossegurança, Segurança do Paciente. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, G. F. Noções básicas de primeiros socorros. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/12/Cartilha-Nocoes-de-Primeiros-Socorros-e-Principais-Emergencias.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BORGES, E. L. et al. Feridas – Como Tratar. Coopmed Editora Médica, 2009. (Revogado)~~

BRASIL. Ministério da Saúde. Área Temática da Humanização. Cartilha Política Nacional de Humanização, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual instrutivo atenção domiciliar. Melhor em casa: a segurança do hospital no conforto do seu lar. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/07/manual-instrucao-melhor-casa1.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.616, de 12 de maio de 1998. Regulamenta as ações de controle de infecção no Brasil. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece as diretrizes para a



organização da rede de atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde/ Anexo. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979_13_11_2019.html Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BRASIL. Ministério da Saúde. Processamento de artigos e superfícies em estabelecimento de saúde. 2ª ed. Brasília: MS, 1994. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/servicos/saude/control/processamento_artigos.pdf Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada. Resolução nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 jul. 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Manual-de-Normas-e-Procedimentos-para-Vacina%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 3ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf Acesso em: 24 de setembro de 2021.~~

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/webpacto/livro.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de~~



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



~~atenção e gestão em todas as instâncias do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizassus_2004.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

~~BRASIL. Presidência da República. Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm> Acesso em: 24 de setembro de 2021.~~

~~BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 jun 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D94406.htm> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

~~BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1. p. 18055. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 20 de julho de 2021.~~

~~BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990. p. 25694. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm> Acesso em: 20 de julho de 2021.~~

~~CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Boas práticas: Cálculo seguro Volume II: Cálculo e diluição de medicamentos. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/boas-praticas-calculo-seguro-volume-2-calculo-e-diluicao-de-medicamentos.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.~~

~~CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Guia de Recomendações para o Registro de Enfermagem no prontuário do paciente ou em outros documentos. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Guia-de-Recomenda%C3%A7%C3%B5es-CTLN-Vers%C3%A3o-Web.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

~~CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Lei Federal 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html> Acesso em: 24 de setembro de 2021.~~

~~CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução COFEN nº 564, de 6 de dezembro de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.~~

~~CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso588.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.~~



DURO, C. L. M. Cartilha de orientações para profissionais de enfermagem sobre o cuidado com lesões na pele. Porto Alegre, UFRGS, 2018. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197706/001084686.pdf?sequence=1>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~GEORGE, J. B. Teorias de Enfermagem: os fundamentos à prática profissional. Artmed. 4ª ed. 2000. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/nayarakalline1/teorias-de-enfermagem-os-fundamentos-prtica-profissional-julia-b-george>> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

OLIVEIRA, C. L. B. S. *et.al.* Instituto Federal do Ceará. Reitoria. Diretoria de Assuntos Estudantis Manual de biossegurança: serviço de enfermagem/ Elaboração: Carla Lidiany Bezerra Silva Oliveira *et. al.*; Colaboração: Angélica Maria de Oliveira Almeida *et. al.* – Fortaleza: IFCE, 2021. Disponível em: <https://ifce.edu.br/noticias/enfermagem-do-ifce-elabora-manual-de-biosseguranca/manual-de-biosseguranca-do-servico-de-enfermagem.pdf>

PAZ, A. A. *et al.* Manual de procedimentos básicos de Enfermagem [recurso eletrônico] / Adriana Aparecida Paz ... [*et al.*]; organizado por Emiliane Nogueira de Souza. – Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2016. Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/editora_log/download.php?cod=002&tipo=pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

ONDE SE LÊ:

[...]

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 503 - ENFERMEIRO

Fundamentos de Enfermagem, legislações profissionais; Assistência de Enfermagem em Saúde em todas as fases do desenvolvimento. Sistematização da Assistência em Enfermagem; Enfermagem em Centro de Material e Esterilização e Centro Cirúrgico/Obstétrico; Cuidados críticos de Enfermagem; Promoção e Prevenção no controle das doenças crônicas e transmissíveis; Programa Nacional de Imunização (PNI); Assistência de enfermagem ao paciente com necessidade de cuidados paliativos; Administração em enfermagem. Biossegurança e Segurança do paciente; Humanização da assistência de Enfermagem, Gestão da qualidade, Sistemas de informação em saúde e Redes de atenção à saúde. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

BORGES, E. L.; SAAR, S. R. C.; MAGALHÃES, M. B. B. Feridas: como tratar. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.010, 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em:
<http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/img/07_jan_portaria4279_301210.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada. RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 fev. 2010. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007_24_02_2010.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada. RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 jul. 2013. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST. 4ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Série Manuais 68. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_controle_das_dst.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora. NR nº 32, de 16 de novembro de 2005. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviço de Saúde. Disponível em:
<<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/legislacao/NR-32.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto Lei nº 94.406, de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 jun 1987. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. E atualizações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 20 de julho de 2021.



CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Boas práticas: Cálculo seguro Volume II: Cálculo e diluição de medicamentos. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/boas-praticas-calculo-seguro-volume-2-calculo-e-diluicao-de-medicamentos_0.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução COFEN nº 358, de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009_4384.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução COFEN nº 543, de 18 de abril de 2017. Dimensionamento de pessoal em unidades assistenciais. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-5432017_51440.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução COFEN nº 564, de 6 de dezembro de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.

HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D. Wong fundamentos de enfermagem pediátrica. 9ª ed. São Paulo: Elsevier, 2014.

JEVON, P. Monitoramento do paciente crítico. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KOCH, R. M.; MOTTA, H. S.; WALTER, R. L. Técnicas básicas de enfermagem. 18ª ed. Curitiba: Florence, 2001.

KURCAGANT, P. *et al.* Gerenciamento em enfermagem. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

MORTON, Patria Gonce; FONTAINE, Dorrie K. Fundamentos dos cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2014. 489.

OLIVEIRA, A. C. Infecções hospitalares: epidemiologia, prevenção e controle. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

SALOMÃO, R. *et al.* Diretrizes para tratamento da sepse grave/choque séptico: abordagem do agente infeccioso – controle do foco infeccioso e tratamento antimicrobiano. Revista Brasileira de Terapia Intensiva, São Paulo, v. 23, nº 2, p. 145-157, 2011.

SILVA, M. T.; SILVA, S.R. L. P. T. Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem. São Paulo: Martinari, 2007.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner e Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 11ª ed. 2009. 4 volumes.

TANNURE, M. C.; GONÇALVES, A. M. P. Sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.



VIANA, R. A. P. P. Enfermagem em terapia intensiva: práticas e evidências São Paulo: Artmed, 2011.

WACHTER, RM. Compreendendo a segurança do paciente. 2ª ed. Artmed, 2013.

LEIA-SE:

[...]

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 503 - ENFERMEIRO

Legislação profissional: Código de Ética dos profissionais da enfermagem; Lei do exercício profissional. Sistematização da Assistência de Enfermagem **Sistema Único de Saúde:** Leis Orgânicas da saúde (Lei Federal nº 8.080/1990 e Lei Federal nº 8.142/1990). Princípios e diretrizes do SUS. Pacto pela Saúde. Programa Nacional de Humanização. Redes de Atenção, Política Nacional de Atenção Básica, Atenção domiciliar, Política Nacional de Promoção da Saúde, Programa Nacional de Imunização, Política Nacional de Vigilância em Saúde, Programa Previnir Brasil. **Cuidados de Enfermagem:** Teorias de Enfermagem. Sinais vitais. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem, Preparo, administração e cálculos de medicamentos. Cuidados com feridas, primeiros socorros, Biossegurança, Segurança do Paciente, Assistência de Enfermagem à saúde da criança, da mulher. Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Doenças Infecto Parasitárias. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, G. F. Noções básicas de primeiros socorros. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/12/Cartilha-Nocoes-de-Primeiros-Socorros-e-Principais-Emergencias.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BORGES, E. L.; SAAR, S. R. C.; MAGALHÃES, M. B. B. Feridas: como tratar. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. (Revogado)~~

BRASIL. Ministério da Saúde. Área Temática da Humanização. Cartilha Política Nacional de Humanização, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, 32) Disponível em: <http://se.corens.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual instrutivo atenção domiciliar. Melhor em casa: a segurança do



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



hospital no conforto do seu lar. Brasília, 2013. Disponível em:

<<https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/07/manual-instrucao-melhor-casa1.pdf>>

Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.010, 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em:-~~
~~<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

~~BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em:-~~
~~<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em:-~~
~~<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.979 de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979_13_11_2019.html> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada. RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 fev. 2010. Disponível em:-~~
~~<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007_24_02_2010.html> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada. RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 jul. 2013. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.



CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_33.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Manual-de-Normas-e-Procedimentos-para-Vacina%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST. 4ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Série Manuais 68. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_controle_das_dst.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 3ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/webpacto/livro.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora. NR nº 32, de 16 de novembro de 2005. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviço de Saúde. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/legislacao/NR-32.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2021 (Revogado)~~

~~BRASIL. Presidência da República. Decreto Lei nº 94.406, de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 jun 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. E



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



atualizações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 20 de julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.142 de 28/12/1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8142.htm> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Boas práticas: Cálculo seguro Volume II: Cálculo e diluição de medicamentos. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/boas-praticas-calculo-seguro-volume-2-calculo-e-diluicao-de-medicamentos.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Lei Federal nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução COFEN nº 358, de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

~~CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução COFEN nº 543, de 18 de abril de 2017. Dimensionamento de pessoal em unidades assistenciais. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-5432017_51440.html> Acesso em: 20 de julho de 2021. (Revogado)~~

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução COFEN nº 564, de 6 de dezembro de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html> Acesso em: 20 de julho de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 588 de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso588.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

DURO, C. L. M. Cartilha de orientações para profissionais de enfermagem sobre o cuidado com lesões na pele. Porto Alegre, URFGS, 2018. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197706/001084686.pdf?sequence=1>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

GEORGE, J. B. Teorias de Enfermagem: os fundamentos à prática profissional. 4ª ed. 2000. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/nayarakalline1/teorias-de-enfermagem-os-fundamentos-prtica-profissional-julia-b-george>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.

~~HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D. Wong fundamentos de enfermagem pediátrica. 9ª ed. São Paulo: Elsevier, 2014. (Revogado)~~



- ~~JEVON, P. Monitoramento do paciente crítico. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Revogado)~~
- ~~KOCH, R. M.; MOTTA, H. S.; WALTER, R. L. Técnicas básicas de enfermagem. 18ª ed. Curitiba: Florence, 2001. (Revogado)~~
- ~~KURCAGANT, P. et al. Gerenciamento em enfermagem. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. (Revogado)~~
- ~~MORTON, Patria Gonce; FONTAINE, Dorrie K. Fundamentos dos cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 489. (Revogado)~~
- ~~MOURA, A. S. Belo Horizonte: UFMG/Nescon, 2016. Doenças infectocontagiosas na atenção básica. Disponível em: <<https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/3703/1/Doencas-Infecto-Contagiosas-2016.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.~~
- ~~OLIVEIRA, A. C. Infecções hospitalares: epidemiologia, prevenção e controle. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. (Revogado)~~
- ~~OLIVEIRA, C. L. B. S. et al. Instituto Federal do Ceará. Reitoria. Diretoria de Assuntos Estudantis Manual de biossegurança: serviço de enfermagem/ Elaboração: Carla Lidiany Bezerra Silva Oliveira et. al.; Colaboração: Angélica Maria de Oliveira Almeida et. al. Fortaleza: IFCE, 2021. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/noticias/enfermagem-do-ifce-elabora-manual-de-biosseguranca/manual-de-biosseguranca-do-servico-de-enfermagem.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2021.~~
- ~~PAZ, A. A., et al. Manual de procedimentos básicos de Enfermagem [recurso eletrônico] / Adriana Aparecida Paz ... [et al.]; organizado por Emiliane Nogueira de Souza. – Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2016. Disponível em: https://www.ufcspa.edu.br/editora_log/download.php?cod=002&tipo=pdf Acesso em: 24 de setembro de 2021.~~
- ~~SALOMÃO, R. et al. Diretrizes para tratamento da sepse grave/choque séptico: abordagem do agente infeccioso— controle do foco infeccioso e tratamento antimicrobiano. Revista Brasileira de Terapia Intensiva, São Paulo, v. 23, nº 2, p. 145-157, 2011. (Revogado)~~
- ~~SILVA, M. T.; SILVA, S.R. L. P. T. Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem. São Paulo: Martinari, 2007. (Revogado)~~
- ~~SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner e Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 11ª ed. 2009. 4 volumes. (Revogado)~~
- ~~TANNURE, M. C.; GONÇALVES, A. M. P. Sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. (Revogado)~~
- ~~VIANA, R. A. P. P. Enfermagem em terapia intensiva: práticas e evidências São Paulo: Artmed, 2011. (Revogado)~~
- ~~WACHTER, RM. Compreendendo a segurança do paciente. 2ª ed. Artmed, 2013. (Revogado)~~



ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 518 - PSICÓLOGO

O conceito de saúde como fenômeno multideterminado. O processo de avaliação psicológica como base para a intervenção profissional do Psicólogo. Influências sociais e ambientais sobre a saúde. Psicologia e gestão de pessoas em organizações. Psicologia do Trabalho. Processo grupal. Psicologia e Teorias da Personalidade. Psicologia, trabalho e saúde mental. Modelos de gestão de pessoa: recrutamento, seleção, orientação e treinamento profissional e análise de funções. O estado da arte da psicologia do trabalho e organizacional. Psicopatologia: conceituação; doenças de natureza psíquica (alcoolismo, depressão, esquizofrenia, ansiedade). Psicologia na educação, vocacionalidade, entrevistas, avaliações, aplicação de testes, desenvolvimento psíquico motor das crianças e adolescentes. Código de Ética do Psicólogo. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE, L. G. A gestão estratégica de pessoas. In: FLEURY, M. T. L. (Orgs.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002. p. 35-50.
- AZEVEDO, M. A. Recrutamento e seleção: orientação para a saúde mental. Cadernos de Psicologia, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 47-60, 1994.
- BASTOS, A. V. B. A Psicologia no contexto das organizações: tendências inovadoras no espaço de atuação do psicólogo. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.) Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Alínea, 2005, p. 135-204.
- BORGES-ANDRADE, J. E.; PAGOTTO, C. do P. O estado da arte da pesquisa brasileira em Psicologia do trabalho e organizacional. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n. especial, p. 37-50, 2010.
- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. Código de ética profissional do Psicólogo. Brasília: CFP. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2021.
- DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2000. 271p. (2008. 2ª ed.)
- DAVEL, E.; VERGARA, S. C. Gestão com pessoas, subjetividade e objetividade nas organizações. In: DAVE, E.; VERGARA, S. C. (Orgs.). Gestão com pessoas e subjetividade. São Paulo: Atlas, 2008. p. 31-56.
- FISCHER, A. L. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: FLEURY, M. T. L. (Org.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002. p. 11-34.
- HELOANI, R.; MACÊDO, K. B.; CASSIOLATO, R. O exercício da profissão: características gerais da inserção profissional do psicólogo. In: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (Orgs.). O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 107-130.
- ISMAEL, S. M. C. A prática psicológica e sua interface com as doenças. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.



JACQUES, M. da G. “Doença dos nervos”: uma expressão da relação entre saúde/doença mental. In: JACQUES, M. da G.; CODO, W. (Orgs.). Saúde mental e trabalho: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 98-111.

MARTINS, S. T. F. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar sentir em Sílvia Lane. Psicol. Soc., v. 19, n. spe 2, p. 76-80, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500022>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N. Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 518 - PSICÓLOGO

O conceito de saúde como fenômeno multideterminado. O processo de avaliação psicológica como base para a intervenção profissional do Psicólogo. Influências sociais e ambientais sobre a saúde. Psicologia e gestão de pessoas em organizações. Psicologia do Trabalho. Processo grupal. Psicologia e Teorias da Personalidade. Psicologia, trabalho e saúde mental. Modelos de gestão de pessoa: recrutamento, seleção, orientação e treinamento profissional e análise de funções. O estado da arte da psicologia do trabalho e organizacional. Psicopatologia: conceituação; doenças de natureza psíquica (alcoolismo, depressão, esquizofrenia, ansiedade). Psicologia na educação, vocacionalidade, entrevistas, avaliações, aplicação de testes, desenvolvimento psíquico motor das crianças e adolescentes. Código de Ética do Psicólogo. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, L. G. A gestão estratégica de pessoas. In: FLEURY, M. T. L. (Orgs.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002. p. 35-50.

ANGERAMI, V. A. – Calmon (Organizador) - Psicologia da Saúde: um novo significado para prática clínica/ São Paulo: Engagé Learning, 2009

~~AZEVEDO, M. A. Recrutamento e seleção: orientação para a saúde mental. Cadernos de Psicologia, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 47-60, 1994. (Revogado)~~

~~BASTOS, A. V. B. A Psicologia no contexto das organizações: tendências inovadoras no espaço de atuação do psicólogo. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.) Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Alínea, 2005, p. 135-204. (Revogado)~~

~~BLEGER, J. Temas de psicologia. Entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes~~

~~BORGES-ANDRADE, J. E.; PAGOTTO, C. do P. O estado da arte da pesquisa brasileira em Psicologia do trabalho e organizacional. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n. especial, p. 37-50, 2010. (Revogado)~~

~~BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde - Saúde Mental - Cadernos de Atenção Básica, nº 34 - Brasília – DF 2013 – Disponível em:~~

~~<http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf> Acesso em: 10 de setembro de 2021.~~

~~CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.~~

~~CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. Código de ética profissional do Psicólogo. Brasília:~~



CFP. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>
Acesso em: 20 de julho de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 6, de 29 de março de 2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>> Acesso em: 23 de setembro de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 9, de 25 de abril de 2018. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017. Resolução CFP 06/2019 Comentada. Disponível em: <<http://crp11.org.br/upload/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-09-2018-com-anexo.pdf>> Acesso em: 23 de setembro de 2021.

CORDIOLI, A. V. (org.) e colaboradores. Psicoterapias e Abordagens Atuais. 2ª ed. Porto Alegre. Artes Médicas, 1998.

CUNHA, J. A. (org.) e colaboradores. Psicodiagnóstico-R. 4ª ed. rev. Porto Alegre. Artes Médicas, 1993.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2000. 271p. (2008. 2ª ed.)

DAVEL, E.; VERGARA, S. C. Gestão com pessoas, subjetividade e objetividade nas organizações. In: DAVE, E.; VERGARA, S. C. (Orgs.). Gestão com pessoas e subjetividade. São Paulo: Atlas, 2008. p. 31-56.

~~FISCHER, A. L. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: FLEURY, M. T. L. (Org.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002. p. 11-34. (Revogado)~~

HELOANI, R.; MACÊDO, K. B.; CASSIOLATO, R. O exercício da profissão: características gerais da inserção profissional do psicólogo. In: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (Orgs.). O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 107-130.

ISMAEL, S. M. C. A prática psicológica e sua interface com as doenças. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

~~JACQUES, M. da G. "Doença dos nervos": uma expressão da relação entre saúde/doença mental. In: JACQUES, M. da G.; CODO, W. (Orgs.). Saúde mental e trabalho: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 98-111. (Revogado)~~

MARTINS, S. T. F. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar sentir em Sílvia Lane. Psicol. Soc., v. 19, n. spe 2, p. 76-80, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500022>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N. Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.



**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
TRÊS MARIAS/MG - EDITAL Nº 01/2021**



Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

Três Marias, 24 de setembro de 2021.

ADAIR DIVINO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS